

A TEORIA CONTEMPORÂNEA DA CONSERVAÇÃO E A ARQUITETURA MODERNA

Silvio Mendes Zancheti

Volume 58

2014

TEXTO PARA DISCUSSÃO V. 58

SÉRIE 2 - GESTÃO DE RESTAURO

A TEORIA CONTEMPORÂNEA DA CONSERVAÇÃO E A
ARQUITETURA MODERNA

Silvio Mendes Zancheti

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Olinda 2014



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

DIRETORIA

Tomás de Albuquerque Lapa, Diretor Geral
Jorge Eduardo Lucena Tinoco, Diretor Associado

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virginia Pontual, Presidente
Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro, Conselheira
André Renato Pina Moreira, Conselheiro
Vera Lúcia Milet Pinheiro, Conselheira
Paula Maria W. Maciel do R. Silva, Conselheira
Ricardo Cavalcante Furtado, Suplente
Rosane Piccolo Loretto, Suplente
Renata Campello Cabral, Suplente

CONSELHO FISCAL

Norma Lacerda Gonçalves, Presidente
Laura Karina Nobre Alecrim, Conselheira
Vânia Cristina Silva Cavalcanti, Conselheira
Barbara Cortizo de Aguiar, Suplente
M^a de Fátima Gusmão Furtado, Suplente
Fernando Diniz Moreira, Suplente
Rosane Piccolo, Conselheira
Juliana Cunha Barreto, Conselheira

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Natália Vieira
Mônica Harchambois
Rosane Piccolo Loretto

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80
Olinda - PE
53020-130 - Brasil
Tel/Fax.: (55 81) 3439 3445
textos@ceci-br.org
www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autor: Silvio Mendes Zancheti

Título: A TEORIA CONTEMPORÂNEA DA CONSERVAÇÃO E A ARQUITETURA MODERNA

Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Tipo da publicação: Textos para Discussão no. 58

Local e ano de publicação: Olinda, 2014

ISSN: 1980-825

A TEORIA CONTEMPORÂNEA DA CONSERVAÇÃO E A ARQUITETURA MODERNA

Sílvio Mendes Zancheti

Resumo

A teoria da conservação sofreu uma grande reformulação nos últimos vinte anos. O seu foco mudou da busca da conservação das características físico-materiais para a conservação da significância ou dos valores. Esse movimento foi iniciado por Cesare Brandi, ganhou corpo e ímpeto com a publicação da Carta de Burra em 1998. Os valores são produtos da mente humana, portanto de caráter subjetivo. Os valores dos bens materiais patrimoniais são formados pela interação entre os sujeitos e os objetos, em um determinado contexto. Os valores podem ser instrumentais, documentais ou simbólicos. Todas as formas de valor são importantes para a conservação contemporânea. Para entender a conservação é preciso compreender que o dano não tem uma definição objetiva, pois aparece como uma característica indesejável dos objetos. A conservação busca manter os significados dos objetos, ao longo do tempo, para pessoas e grupos sociais, logo não é uma atividade independente dos objetivos sociais. A conservação é uma atividade que se apóia em um código ético que traça as diretrizes de intervenção sobre os objetos. Também, a conservação distingue-se como uma atividade de julgamento e decisão e nesse sentido é ligada à sabedoria prática e não à epistêmica. A arquitetura moderna não requer uma teoria da conservação própria, mas traz novos problemas e desafios a teoria existente.

Palavras chave: conservação, significância, valores, dano, arquitetura moderna, autenticidade, integridade.

Introdução

1 O que é conservar a arquitetura?

A pergunta do título pode parecer um pouco ingênua. Qualquer conservador profissional formado antes de 1990 diria que conservar significa manter as características físico-materiais do edifício, de forma que o seu valor artístico possa ser plenamente apreciado, sem a perda da sua historicidade, ou seja, do seu valor como objeto histórico. Essa afirmação vem da aplicação da teoria de Cesare Brandi (1963 [2005]) à arquitetura. Para esse autor a conservação *somente* pode ser realizada sobre os elementos físicos da obra, entretanto, a sua finalidade está associada à permanência das qualidades estéticas, que são reinterpretações de cada geração de apreciadores, segundo a evolução dos padrões culturais de referência.

É preciso ressaltar que para Brandi e outros autores que o procederam, as intenções originais do artista, ou do arquiteto, não têm um papel determinante na decisão do conservador. Este trabalha com o edifício como ele o encontra. A decisão de onde e como intervir para conservar será o resultado da interpretação da arquitetura como obra de arte e como objeto histórico. Nesse sentido, os acréscimos ou remoções, realizadas na obra ao

longo de sua vida, fazem parte do acervo do edifício e serão objeto de análise para a ação de conservação. As intenções originais do arquiteto, quando são possíveis de serem narradas, terão um papel importante como elemento balizador, mas não determinante a priori, no julgamento do conservador. A teoria de Brandi trata a arquitetura como um objeto com duas faces: a estética e a histórico-documental. Um dos objetivos da teoria desse autor foi romper com a tradição do restauro filológico, iniciada por Boito (2002), que valorizava os aspectos documentais da vida dos edifícios nas decisões sobre o restauro. Brandi introduziu a apreciação estética como determinante na conservação dos objetos patrimoniais, entre eles a arquitetura, livrando a atividade das limitações impostas pela visão do edifício como um documento, ou um livro, que agregou as marcas do tempo. Essa mudança permitiu que a conservação fosse vista novamente como uma atividade criativa, que agrega valores estéticos aos edifícios, como vem sendo preconizado, por exemplo, por Giovanni Carbonara (1997: 405 – 421).

Entretanto a formulação de Brandi exclui todas as considerações sobre outros valores determinantes na vida dos edifícios como, por exemplo, os econômicos, os funcionais e os afetivos. Essa limitação faz com que a sua teoria tenha uma aplicação limitada no campo da arquitetura. Em primeiro lugar, a conservação sempre é uma atividade condicionada por um objetivo (por exemplo, aumentar o valor monetário da obra) e esse objetivo somente pode ser alcançado quando vários tipos de valores são considerados simultaneamente. Em segundo lugar, um edifício que alcança o status de bem patrimonial tem diversos tipos de valor, para um grande número de indivíduos e grupos sociais. Em terceiro lugar, conservar um edifício pressupõe colocá-lo em funcionamento, contemplando, se possível, todos os valores associados à obra, sob a pena de fracasso da intervenção. A teoria de Brandi não é capaz de enfrentar esse desafio.

Este trabalho procura colocar uma nova abordagem para a teoria da conservação e apresenta uma discussão preliminar sobre a sua aplicabilidade para o caso da arquitetura moderna.

2 Os valores do objeto

Antes de se entrar na questão do objeto arquitetônico será importante elucidar o que se entende por objeto de conservação, desde que a arquitetura é um artefato, isto é algo concebido e produzido pela ação humana. Os objetos¹ da conservação são artefatos materiais que adquirem valores² reconhecidos por uma determinada sociedade e considerados importantes de serem transmitidos para gerações futuras. Portanto, a conservação de um objeto é dependente dos valores que a sociedade atribui aos mesmos de forma coletiva. São objetos do passado e do presente. Os do passado possuem valores mais estáveis, pois estão consolidados na sociedade apesar de não serem permanentes. Os valores dos objetos do presente são ainda instáveis, dependentes das modas, das conjunturas sociais e de imposições políticas, mas podem também possuir uma carga poderosa de valores, como os objetos de arte, que os impulsiona para se tornarem objetos de conservação.

1 Objeto será entendido neste texto como uma entidade físico-material construída pela ação humana.

2 Deste ponto em diante do texto, valor será entendido como um princípio, um padrão ou uma qualidade considerada importante ou desejável dos objetos.

Os valores de um objeto podem ser agrupados em três tipos: os instrumentais, os simbólicos e os documentais (Caple, 2000).

Os *valores instrumentais* são aqueles ligados ao desempenho do objeto na sociedade como um elemento funcional, isto é, realiza uma função necessária para que a sociedade se reproduza. No caso da arquitetura, essa função está associada à função de abrigo e isolamento de atividades. É preciso destacar que não existe uma função social despregada de um contexto cultural, apesar de que as funções dos edifícios, por exemplo, estejam enraizadas em experiências comuns das diferentes formas da existência humana. Por exemplo, num atelier de produção de tecidos da renascença italiana os “designers” compartilhavam o mesmo espaço dos trabalhadores. Em uma fábrica do século XX os dois grupos ficam separados em espaços diferentes no mesmo edifício, ou mais frequentemente, em outro edifício ou mesmo outra cidade.

Os *valores simbólicos* são aqueles que atribuem ou reforçam os significados dos objetos materiais. São valores que dependem da cultura, passada e presente, e das relações sociais de uma comunidade. Os valores simbólicos assumem várias formas como os artísticos, os religiosos, os de poder, os de riqueza e os de status social. Nesses casos, os objetos são os signos materiais que suportam significados atribuídos pela sociedade. Não são valores permanentes, desde que os significados dependem muito da forma como a sociedade reproduz ideologias, as economias e as políticas. Uma das formas mais poderosas dos valores simbólicos é a do valor de troca, expressa em um valor monetário, que é também uma manifestação da riqueza de um proprietário. Por exemplo, a compra de quadros de artistas modernos famosos é uma forma de conferir status em nossa sociedade atual. Morar em casas projetadas por arquitetos como Frank Lloyd Wright ou Richard Neutra é também um símbolo de status na sociedade culta norte-americana. Na sociedade capitalista atual, os objetos mudam de proprietário por meio da troca por moeda (dinheiro) sendo que a troca pode implicar a mudança dos poderes sobre os destinos dos objetos. Um prédio de apartamentos pode, por meio de sua venda, se tornar um hotel de luxo, edifício cuja carga simbólica é diferente da original..

Os *valores documentais* são aqueles que documentam a passagem do tempo histórico, ou seja, o passado dos objetos. Esses valores estão expressos nos signos do objeto que estão diretamente relacionados ao tempo histórico. No caso da arquitetura podem-se destacar os signos na decoração das fachadas, nos tipos de alvenaria, nas técnicas e os materiais construtivos empregadas, nos estilos, nas reformas realizadas e em outros elementos. Os signos são considerados marcas dos valores históricos e de antiguidade, pois atestam a veracidade da idade e da época histórica dos objetos. Exemplos Assim, o papel dos objetos como evidência histórica torna-se de fundamental importância, pois podem ser utilizados como: a) prova de autenticidade e de uma característica temporalmente determinada; b) exemplo de uma tipologia, isto é, possui as características de famílias de objetos culturalmente determinadas e c) exemplo da indústria, ou do trabalho humano, que confeccionou o objeto. (Caple, 2000: 11). Os primeiros edifícios em concreto, do arquiteto francês August Perret, a pesar de não serem obras artísticas excepcionais, têm importância como documentos do uso experimental desse material.

Os objetos contêm informação sobre o seu passado, contudo essa informação não existe isoladamente. Os objetos estão ou estiveram submersos em um contexto social, e dependem de outros objetos de um determinado lugar para expressar seus valores. Como Caple (2000:12) colocou, os objetos devem ser vistos em relação aos elementos de um contexto que inclui: os indivíduos ou grupos sociais que os criam e utilizam; os objetos que o rodeiam e dos quais é parte; um particular lugar ou espaço no qual é utilizado/criado; um tempo particular e uma série de eventos e ações.

Como os objetos podem ter uma vida longa eles podem sobreviver a vários contextos. Assim, para entender os papéis simbólicos, funcionais e documentais de um objeto é importante conhecer os detalhes dos contextos pelo quais passou.

Desde o início do século XX os valores simbólicos são reconhecidos como determinantes nas decisões sobre a conservação da arquitetura. Várias foram as propostas de classificação dos valores para fins de conservação patrimonial (Mason 2002: 9), mas para os fins desse texto serão enfatizadas somente três. Alois Riegl (2002) identificou uma tipologia com cinco casos de valores: o de antiguidade (idade), o histórico, o comemorativo, o de uso e o de novidade, sendo que também identificou o valor artístico como muito importante, mas como uma espécie de valor de novidade. Normalmente, vários desses valores estão associados ao um mesmo objeto. A Carta de Burra (1998) nomeia os valores estético, histórico, científico e social (inclui o espiritual, o político e outros valores culturais). Por sua vez, o English Heritage (1997) identifica os valores cultural, educacional, econômico, recurso, recreacional e estético. As três tipologias utilizam valores que se encaixam de forma clara na divisão proposta por Chris Caple, sendo que os simbólicos e documentais ganham destaque relativamente aos instrumentais. Essa divisão foi acentuada por Brandi (2005) quando excluiu os valores funcionais das preocupações do restauro. Entretanto, a teoria contemporânea da conservação não aceita a exclusão dos valores instrumentais do campo do seu interesse e esta constatação é particularmente válida para os edifícios, cuja conservação depende da continuidade ou de um novo uso.

2.1. A valoração do objeto

O tema do valor é um assunto da filosofia que suscita reflexões e debates há vários séculos. Existem duas posições filosóficas quanto ao processo de valorização dos objetos. A primeira afirma que a valorização é uma característica própria e exclusiva dos objetos, portanto, têm valores intrínsecos que estão associados às características físico-materiais. A segunda parte de uma posição oposta, pois afirma que a valorização é uma ação que um sujeito realiza sobre os objetos, isto é, o sujeito atribui um valor aos objetos.

As duas posições baseiam-se em sólidas posições epistemológicas, mas a adesão irrestrita a uma delas é inadequada, pois não consegue rechaçar a argumentação da outra. Existe uma posição alternativa que incorpora as duas anteriores argumentando que é no contexto onde se realiza a valorização que se encontra a resposta. Segundo Frondizi (1971) “a valorização é um ponto de confluência dos objetos e dos sujeitos dentro de um âmbito de relações sociais, culturais ou econômicas”. A argumentação desse autor coloca o sujeito como a entidade que atribui o valor, mas o faz somente considerando as qualidades dos objetos e informado pelo contexto social, cultural e econômico onde se insere ou foi formado como indivíduo capaz de tomar decisões. Assim, pode-se representar o processo de valorização pela Figura 1.

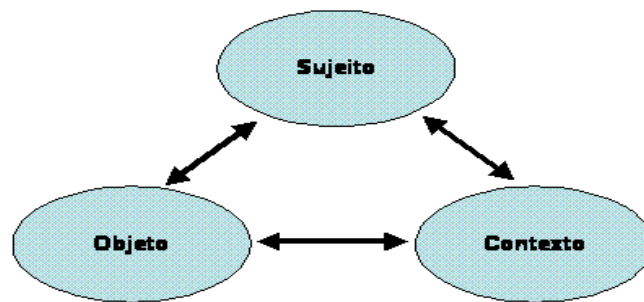


Figura 1: Estrutura de valorização dos objetos

3 As formas de conservação

O termo conservação, como termo general de uma atividade, é bem recente. Até pouco tempo atrás, os termos mais utilizados eram o da preservação e do restauro, empregados na maioria das vezes de forma indistinta, quase como sinônimos. Atualmente observa-se a tendência de utilizar a conservação em um senso amplo para abarcar a preservação e o restauro como formas particulares de ação da conservação. O autor Muños Viñas (2005) elaborou uma classificação das atividades de conservação, com definições precisas, que é bastante útil para o diálogo científico no campo da conservação patrimonial. Ele identifica que a conservação expressa, basicamente, a atividade de cuidado com os objetos patrimoniais materiais.

Preservação é o termo para designar a atividade de manter um objeto justamente como ele é encontrado pelo conservador. Procura-se evitar qualquer tipo de alteração ao longo do tempo, especialmente aquelas identificadas como danos (ver definição de danos mais a frente). A física e a química dos materiais mostra que essa é uma tarefa irrealizável, do ponto de vista da manutenção das características físico-materiais, desde que essas se transformam ao longo do tempo de modo irreversível. A moderna teoria da conservação entende a preservação não pelos seus resultados, mas por seus objetivos: procura-se manter de forma pouco identificável a aparência inicial do objeto patrimonial, prolongando a sua expectativa de vida. Isso significa manter a integridade do bem e minimizar a sua deterioração. Um bom exemplo de uma ação de preservação foi a recuperação da Vila Muller, de Adolf Loos, nos arredores de Praga. Esse edifício foi ocupado por pouco tempo e ficou fechado por muitos anos. Quando foi recuperado, os conservadores procuraram manter quase todos os materiais da construção encontrados no edifício, inclusive os interruptores elétricos (ver Website sobre a Villa Muller).

Restauração, por sua vez, é a atividade que trata de modificar o aspecto do objeto patrimonial de uma forma perceptível ao não especialista. Muitas vezes a restauração é entendida como o retorno a um aspecto perdido que pode ser aquele do momento em que o objeto foi finalizado por seu criador ou qualquer outro, considerado importante ao longo da sua 'história'. Essa aceção é muito comum, mas induz a imprecisão na comunicação científica e na relação entre o cliente ou o público e o conservador. Portanto, o seu emprego deve ser evitado. O restauro é a ação que deliberadamente procura dar uma nova visibilidade ao objeto e, em geral, é muito difícil afirmar que essa tenha existido em algum momento no passado. O que se procura é um novo aspecto relacionado a *um objetivo* do proprietário, ou do curador, relativamente à apreciação de um terceiro agente,

como o público das artes ou os amantes da arquitetura. Por exemplo, o sanatório Zonnestrall, dos arquitetos Duiker e Bijvoet, foi praticamente reconstruído. Sua estrutura de concreto deteriorou de tal maneira que teve que ser refeita em grande parte (Ver Website do edifício). Nesse caso, o alto valor artístico do edifício justificou a sua restauração pois foi considerado um exemplar que as futuras gerações deveriam conhecer e poder vivenciar. (de Jonge, 2004 e 2003).

Existem duas outras formas de se realizar a conservação: a conservação preventiva e a conservação informacional (Muños Viñas 2005:21).

A *conservação preventiva* é aquela que se realiza cotidianamente, como um processo de manutenção preventiva, ou é aquela outra que procura agir sobre as condições ambientais que onde se insere, não atuando sobre o objeto. Essa última forma de conservação é a mais recomendada e a mais importante, por exemplo, em museus.

A manutenção preventiva, bastante utilizadas em máquinas, ainda é pouco utilizada em edifícios, apesar de ser exigida em certos países como uma especificação dos projetos de novos edifícios. Algumas construções emblemáticas do modernismo têm sobrevivido em muito bom estado, pela aplicação de processos contínuos de manutenção, como o Edifício Seagram, de Mies van der Rohe, em Nova York, ou o Parque Guinle, de Lúcio Costa, na cidade do Rio de Janeiro.

A conservação preventiva que age sobre as condições ambientais pode ser considerada a forma ideal de conservação, entretanto, tem limitações para o caso dos edifícios. Pode ser utilizada, por exemplo, nos casos de aumento da umidade dos terrenos, da prevenção de riscos de incêndio, inundação ou outros desastres com causa humana. Por outro lado, é pouco eficiente no tratamento dos efeitos da poluição atmosférica e dos riscos de desastres naturais. A grande vantagem da conservação preventiva é a sua durabilidade, desde que o seu efeito não é determinado de antemão, por um prazo de validade, como ocorre com a preservação e o restauro.

A *conservação informacional* é, a rigor, uma forma virtual de conservação, por que visa à identificação e a armazenagem de características dos objetos em meios de informação artificiais. Exemplos típicos são os inventários patrimoniais de edifícios, os estudos monográficos, as fotografias e as os relatórios históricos e de análises químico-físicas, entre outros. Em alguns casos, são as únicas formas de se apreciar objetos perdidos, como muitos dos edifícios de Mies van der Rohe construídos na Europa antes da Segunda Guerra Mundial. As cópias também constituem outro formato nesse tipo de conservação e assumem um papel importante nos casos em que o original não pode ficar acessível ao público ou foi perdido, como foi o caso do Pavilhão Barcelona do próprio Mies. Mais importante hoje em dia, são as representações virtuais dos edifícios que permitem uma experiência sensorial mais intensa e completa que as fotos e os filmes. Entretanto, a importância da conservação informacional não deve ser utilizada como uma justificativa para a não conservação dos bens.

A Figura 2 ilustra as diferentes componentes da atividade da conservação contemporânea.

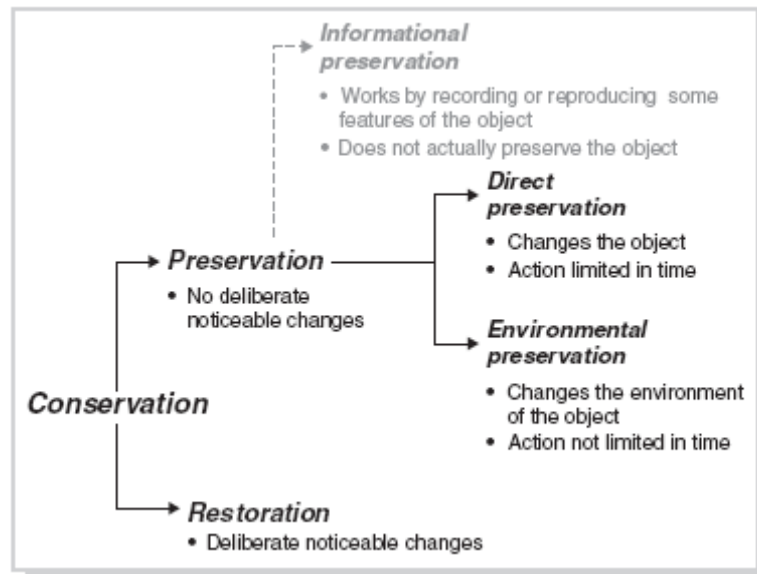


Figura 2 Classificação das atividades de conservação (apud Muños Viñas 2005: 25)

3.1. O que é o dano?

O dano é um conceito chave na disciplina da conservação. Mas o que é o dano? Essa pergunta sempre terá inúmeras respostas mesmo quando referente a um único objeto. O dano é uma *mudança indesejável* de estado do objeto percebida pelo conservador, ou pelo seu cliente-proprietário, utilizando um determinado instrumental de análise, segundo uma perspectiva específica de observação e em um determinado contexto. (Ashley-Smith 1995).

O problema com essa definição encontra-se na impossibilidade de objetivar o que seja mudança indesejável de estado. A conservação científica, calcada na análise físico-química dos materiais, também tem a mesma dificuldade. Por exemplo, a mudança na coloração de painéis de azulejos em edifícios modernos pode ser resultante de ações de sais minerais que estão migrando de paredes úmidas ou da continuidade da reação química dos componentes do vidro. O primeiro caso pode claramente ser definido como uma patologia que deve ser tratada, mas o segundo dependerá de uma apreciação estética subjetiva. O mesmo tipo de apreciação ocorre quando se pretende eliminar volumes, paredes divisórias ou ambientes em edifícios modernos que não estavam previsto no projeto inicial, mas que foram agregados durante a vida da construção. O dano, nos casos expostos, é percebido relativamente a uma noção de valor associada ao objeto (o painel mais valioso é o que não muda de cor ou o desenho original do edifício é o que deve ser valorizado).

Edifícios modernos são para serem utilizados e não somente vistos. Quando ocorre um dano em um edifício patrimonial deve-se imediatamente repará-lo? A resposta é, outra vez, imprecisa, pois dependerá de ponderações sobre o custo do reparo, dos seus efeitos sobre a mudança no edifício, e dos efeitos que o dano pode causar ao longo do tempo. A decisão de reparo passa pelos resultados da análise custo-benefício, realizada pelo conservador e pelo proprietário, além das ponderações sobre as mudanças dos valores da edificação.

Resumindo e seguindo as conclusões de Ashley-Smith (1995) pode se dizer então que: o dano depende de um contexto de observação/avaliação subjetiva; não toda

mudança de estado é um dano; muitos danos resultam do uso dos objetos; o uso aumenta os benefícios providos pelos objetos às pessoas; alguns danos devem ser aceitos e não existe uma única perspectiva para definir o grau de aceitabilidade do dano.

4 Conservação como método

A conservação é uma abordagem, uma metodologia de como tomar decisões para manter os objetos patrimoniais. Essa abordagem, desde seus primórdios científicos, trabalha com a idéia de que conservar significa tratar os valores dos edifícios ou de outros objetos. Brandi percebeu muito bem essa proposição quando circunscreveu o campo da conservação ao tratamento dos valores artísticos e históricos dos objetos, por meio da ação nos elementos físico-materiais. Como foi visto acima, essa opção também limitou o alcance da conservação, pois não existe uma razão clara para limitar o campo dos valores da conservação do modo como Brandi o fez.

Em uma primeira avaliação, os valores instrumentais, simbólicos e documentais têm a mesma importância face à ação de conservação. Será a partir da análise da significância do objeto que o conservador definirá a ênfase dos valores a serem tratados. Não há uma razão a priori para afirmar que os valores simbólicos e documentais terão prioridade sobre os funcionais. Entretanto, quando se trata de edificações antigas, que poderiam ser substituídas por outras funcional e instrumentalmente mais adaptadas, os dois valores passam a ser muito importantes.

A Carta de Burra (Austrália ICOMOS 1998) foi o primeiro documento doutrinário a reconhecer a importância da significância na conservação dos edifícios. A Carta afirma que “o objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem”, assim, redirecionou a conservação para os valores do objeto, desde que a significância é o conjunto de valores, ou significados, socialmente atribuídos a um bem (Zancheti, et alli 2008). Também, a Carta de Burra ampliou os tipos de valores que devem ser considerados (vide 2.1, acima). Todos os valores passam a ter importância similar aos artísticos e documentais nas decisões de conservação dependendo das condições de contexto, de propriedade dos bens, de representação social e outros fatores condicionantes.

Desde a formulação da Carta de Burra, muito esforço foi feito para reformular a teoria da conservação de Cesare Brandi, no sentido de estabelecer a importância dos significados para a conservação de bens materiais. O conservador espanhol Muñoz Viñas (2005) sintetiza essa nova abordagem em uma teoria contemporânea da conservação a partir de contribuições de vários campos disciplinares como a museologia, a etnografia, a antropologia a arquitetura e o planejamento urbano.

A teoria de Muñoz Viñas (2005) baseia-se nas cinco proposições expostas a seguir.

1. A conservação visa à manutenção dos significados dos objetos. Isso significa carrear os significados do passado para o futuro e garantir as possibilidades de surgimento de novos significados no presente e no futuro.
2. A conservação uma atividade dependente dos objetivos que os indivíduos e grupos querem alcançar com sua ação. Assim, a conservação trata dos significados dos objetos relacionando-os aos objetivos dos atores sociais. Isso implica que a conservação não é uma atividade neutra relativamente a aspirações, desejos, interesses de indivíduos ou de grupos sociais.

3. Significados e objetivos formam um campo de disputa e conflito entre atores sociais. A atividade de conservação, quando possível, deve buscar acordos e consensos sobre os significados a conservar, nesse sentido é uma atividade de negociação. Logo, a conservação sempre será parcial, ou restritiva, segundo os objetivos de alguns indivíduos e grupos com interesses sobre o objeto a ser conservado.
4. Existem várias formas de se realizar a conservação dos objetos e todas se apóiam na subjetividade do conservador, pois esse não pode seguir uma lógica absolutamente objetiva na interpretação do objeto e na transformação dos acordos sobre objetivos e significados em ações de conservação. A criatividade é inerente à conservação que cumpre sempre uma função expressiva (Muñoz Viñas, 2005: 176). A subjetividade do conservador é balizada pelos objetivos da conservação, pelo contexto em que o objeto se insere e pelos recursos disponíveis para realizar a ação.
5. Os conceitos de integridade e autenticidade devem ser reinterpretados em relação ao conceito de significância, pois os objetos serão sempre autênticos quando analisados do ponto de vista das suas características físico-materiais. Falar de autêntico ou integro requer especificar os valores e significados a que se referem às características físico-materiais. Uma característica de um objeto pode ser autêntica em relação a um valor, mas não em relação à outra. A integridade, por sua vez, é a condição para que o valor possa ser reconhecido nas características físico-materiais.

As proposições da nova teoria da conservação não se sustentam sem a definição de uma ética e de procedimentos para o conservador julgar e tomar decisões.

4.1. A ética da conservação

Existe uma ética da conservação que foi formada nos últimos cento e cinquenta anos, que teve origem principalmente com o pensamento de John Ruskin. Hoje em dia essa ética é bastante desenvolvida e está expressa em códigos de comportamento profissional de vários países. Apesar da complexidade dessa ética alguns princípios são comuns a todos os códigos existentes e constituem o substrato sobre o qual a atividade se realiza. Os cinco princípios básicos da ética, segundo Chris Caple (2000: 62-66) estão expostos a seguir.

O primeiro princípio afirma que a conservação deve buscar a *verdadeira natureza* dos objetos. Contudo, desde a Renascença esse princípio tem sido perseguido, mas os resultados foram inúmeros e diferentes. Para os renascentistas a verdade estava na beleza, identificada nos ideais estéticos da antiguidade greco-romana, portanto os objetos podiam ser “restaurados” para se atingir esse ideal. Para John Ruskin e William Morris a verdade dos edifícios estava na sua vida, nos efeitos da passagem do tempo sobre a estrutura material, portanto a o restauro era um anátema e a manutenção a única forma possível de se manter a verdadeira natureza. Com a conservação científica a verdade passa a ser identificada com as características físico-químicas dos elementos componentes dos objetos. Hoje em dia, nenhuma forma de verdade tem o status de absoluta. Todas podem ser verdadeiras dependendo de como é tratada a significância dos objetos e seus valores. A verdade como princípio se sustenta ainda como “uma vontade de se mover em direção à revelação da(s) verdade(s) de um objeto e escapar do obscurantismo da sujeira, da decadência ou das descuidadas e inapropriadas restaurações.” (Caple 2000: 62)

O segundo princípio é o da *reversibilidade* que afirma que qualquer ação de conservação deve ser realizada com materiais e técnicas que permitam a remoção da intervenção para o retorno à situação inicial em que o objeto foi encontrado. Esse princípio, muito caro à atividade de conservação, é impossível de ser realizado em sua concepção pura. A experiência prática e o conhecimento científico mostram que é possível remover intervenções passadas sem deixar traços das mesmas. Dependendo do objeto e do tipo de dano, a reversão pode ser mais ampla ou não. A visão contemporânea de reversibilidade define o conceito como a da *capacidade de re-tratamento* que significa poder tratar algo que foi previamente realizado com o menor dano possível.

O terceiro princípio é o da *mínima intervenção*. Desde Willian Morris, se preconiza que a ação de conservação deve ser a mínima possível para preservar um edifício. Brandi também advogava em favor da *mínima intervenção necessária* para a conservação. Contudo, é muito difícil definir o que seja mínima intervenção sem estabelecer os objetivos da conservação e o contexto em que se insere o objeto. Por exemplo, conservar um edifício para suportar as intempéries do clima durante dez anos é bem diferente se o prazo for estendido para cinquenta anos. Alguns edifícios modernos foram construídos para durarem pouco tempo, e assim envelheceram ou foram abandonados, mas foram posteriormente reconhecidos pelo seu valor artístico. Nestes casos, nos quais intervenções substanciais são necessárias para salvaguardar o bem, o conceito de intervenção mínima é difícil de ser colocado em prática. Um objeto que vai para um museu não precisa receber tantas intervenções como se fosse posto novamente em uso. A aplicação do princípio deve ser sempre precedida pelas perguntas conservar: *para que?*, *por quanto tempo?* e *em que condições?*.

O quarto princípio é o do *pragmatismo*. Qualquer ação de conservação de edifícios tem um custo. A quantidade de recursos disponíveis será determinante sobre as decisões sobre como conservar os objetos (Ashley-Smith 1999). Contudo, a escassez de recursos não deve ser uma justificativa para o uso de técnicas e materiais inadequados. Em muitos casos, o conservador deve julgar se, em face da pouca disponibilidade de meios, não é melhor não fazer nada, ou somente criar condições de manutenção da situação presente do objeto até que possam ser obtidos mais recursos ou encontrada uma tecnologia apropriada de intervenção.

O quinto princípio é o da *curadoria*. Um objeto patrimonial somente pode ser conservado se existe um agente social que se responsabilize pela sua guarda e manutenção. Essa guarda está associada a um uso socialmente reconhecível e necessário como no caso dos edifícios e das áreas urbanas, que sem uso decaem logo após o restauro. A curadoria não é identificada necessariamente com a propriedade. Muitos bens podem ser repassados para um curador, como são os casos dos objetos de museus ou construções patrimoniais sob a guarda de instituições beneficentes. O poder público exerce um papel importante na curadoria quando estabelece vínculos de proteção sobre os objetos patrimoniais. Nesse caso, os instrumentos necessários são a legislação e os organismos de proteção, como o IPHAN no caso do Brasil. Entretanto, esse tipo de curadoria é bastante ineficiente e pouco recomendado se for aplicado isoladamente, sem o comprometimento de recursos para o uso e a manutenção dos edifícios.

4.2. Julgamentos e decisões de conservação

A atividade de conservação pode ser caracterizada como um conjunto de atos de identificação, análise, julgamento e decisões.

Qualquer intervenção em um objeto patrimonial deve ser precedida de uma *identificação* das suas características e contexto e uma *análise* e valores. O *juízo* define se o objeto tem as condições de integridade e de autenticidade necessárias para que intervenção de conservação seja realizada. A decisão escolhe a ação a ser realizada, entre um conjunto de ações possíveis, definindo a amplitude, a intensidade, as técnicas e os materiais a serem utilizados, de acordo com os objetivos determinados e os recursos disponíveis.

Cesare Brandi colocou o *juízo* como uma das atividades principais do restauro, para ficar dentro dos limites terminológicos empregados por esse autor. Para Brandi, o restauro é uma ação posterior ao *juízo crítico* do conservador que, nesse ato, define o peso a ser dado ao restauro dos valores históricos e artísticos na ação de conservação. Brandi mostra que o *juízo*, apesar de ser uma atitude individual e de caráter subjetivo, deve ser baseado em uma profunda análise do objeto, enquanto produto da ação humana, portanto circunstanciada historicamente, e fruto de um processo criativo que leva o objeto a ser reconhecido como obra de arte.

Uma visão mais contemporânea do *juízo crítico* interpreta o ato como síntese e *juízo*, que reúne, por um lado, o *conhecimento* a *interpretação* dos valores do objeto e, por outro lado, *decide* quais e como serão tratadas as características físico-materiais dos objetos. Entretanto a visão contemporânea reconhece que a conservação está imersa em um contexto de subjetividade e dele não pode escapar. O conservador não é mais aquele ser iluminado a que Brandi se refere, mas um agente especializado que trabalha a subjetividade em um contexto de pluralidade de interpretação. O seu papel é identificar, o máximo possível, os pontos de concordância em um contexto de intersubjetividade, reconhecendo que os objetos são valorados e apreciados diferentemente por muitos indivíduos e grupos (Clavir 2002: 43). Sobre essa base plural as decisões sobre “O que?” e “Como conservar?” são tomadas com base na sabedoria prática, no senso comum, no *juízo* prático e na prudência, ou seja, na *phronesis*³ que é o conceito aristotélico para definir a virtude do ser humano para julgar valores e definir o que seja bom ou mau, para a vida individual ou a coletiva. (Flyvbjerg 2004)). O conservador Muños Viñas colocou muito bem a visão aristotélica do papel do conservador quando afirma: “A teoria contemporânea da conservação requer o ‘*bom senso*’, para decisões ponderadas e ações sensíveis. O que determina isso? Não é a verdade nem a ciência, mas os usos, os valores e os significados que os objetos têm para as pessoas. Esses são determinados pelas pessoas.” (Muños Viñas 2005: 212) (grifo no original).

5 A arquitetura moderna e a teoria da conservação

A conservação da arquitetura moderna existe há algum tempo. No Brasil, alguns exemplares do modernismo brasileiro foram tombados alguns anos após a sua construção, como foram os casos da Igreja da Pampulha de Niemeyer e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP de Artigas. Entretanto esses casos são exceções. A regra tem sido a da destruição sistemática ou da reforma sem considerações sobre a importância

³ Segundo Aristóteles, a *phronesis* é a sabedoria prática. Um esforço de reflexão, uma ciência que não se limita ao conhecimento, dado que pretende melhorar a ação do homem. Tem como objectivo descrever claramente os fenómenos da acção humana, principalmente pelo exame dialéctico das opiniões dos homens sobre esses fenómenos e não apenas descobrir os princípios imutáveis da acção humana e as causas. Isto é, considera que, a partir da opinião (*doxa*) é possível atingir o conhecimento (*episteme*). Para Gadamer, a *phronesis*, está entre o *logos* e o *ethos*. (http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/lexico_greco romano/phronesis.htm, acessado em 25 de dezembro de 2008 às 17:20h)

patrimonial dos edifícios. O DOCOMOMO vem realizando, em todo o mundo, um trabalho de conscientização e de inventário da arquitetura moderna com o intuito de promover a conservação desse tipo de arquitetura. Os resultados ainda são tímidos, mas importantes.

A promoção da conservação da arquitetura moderna suscitou o questionamento da pertinência da aplicação dessa abordagem a esse objeto arquitetônico. A dúvida advém da afirmação feita por historiadores e teóricos que a arquitetura moderna constitui um objeto especial que deveria ser tratado segunda a revisão crítica da conservação que tratasse das especificidades desse objeto que “...instigou a ruptura com a forma, o projeto e o uso de materiais da arquitetura tradicional” e “... foi concebida sobre uma nova visão de abstração artística, uma nova forma de compreensão das qualidades espaciais, utilizando uma nova tecnologia, inovações estruturais e novos materiais” (Susan Macdonald 2003) (Tradução do autor).

Esse tipo de preocupação é justificável quando se utiliza uma abordagem da conservação calcada na materialidade dos objetos, como seria o caso das teorias anteriores à de Cesare Brandi.

Por exemplo, existe uma interpretação que vê a arquitetura moderna como uma nova relação espacial. A forma de articulação e interpenetração dos espaços internos e externos seria substancialmente diferente da tradicional. Segundo alguns autores, as formas de articulação espacial da arquitetura moderna requerem um tratamento diferenciado, relativamente à arquitetura tradicional (Amorim e Loureiro, 2007). Contudo, para a abordagem contemporânea, a nova espacialidade é um dos aspectos a ser considerado na significância das obras modernas. As relações espaciais da arquitetura mudaram nos últimos dois milênios (Zevi, 2002) e a conservação da arquitetura tratou cada relação espacial diferenciadamente. Não existiria uma razão especial para pensar-se em uma nova abordagem ou teoria para o caso da arquitetura moderna. Ela traz novos problemas e desafios que podem ser considerados dentro de teoria contemporânea da conservação.

Outro exemplo é aquele que sublinha as novas técnicas construtivas e materiais utilizados na arquitetura moderna. A rápida obsolescência as mudanças nas tecnologias de produção industrial dos materiais fizeram com que os edifícios modernos mais antigos não possam ser restaurados com os materiais e técnicas utilizados na sua construção. É necessário recorrer-se ou ao uso de falsos materiais ou técnicas que se assemelhem aos utilizados inicialmente ou utilizar substituições por outros com diferente natureza. Esse problema é muito interessante, pois coloca um problema novo para a ética da conservação. O princípio da mínima intervenção leva a que o conservador procure manter o mais possível dos materiais originais, entretanto, no caso do edifício *Lever House*, em Nova York, os restauradores optaram por substituir os painéis de vidro originais por outros com materiais contemporâneos (no caso o vidro) que poderiam aumentar a sua eficiência energética. Foi entendido que o valor estético do edifício era o mais importante para sua significância e que, portanto, mantendo-se a cortina de vidro, na mesma forma do original não haveria perda de valor. Esse procedimento é um caso clássico da conservação como abordagem metodológica e baseado na importância dos significados das obras patrimoniais.

A pesquisadora Susan Macdonald apresentou uma série de desafios que a arquitetura moderna coloca à teoria da conservação, especialmente no tocante à autenticidade material.

Macdonald reconhece que esses desafios devem ser tratados dentro do escopo da teoria da conservação pois essa fornece o escopo metodológico e ético para enfrentar os novos problemas, sem a necessidade de se criar um novo corpo conceitual.

Bibliografia

- Amorim L.; Loureiro C. 2007, The space of architecture and a new conservation agenda. *City & Time* 2 (3): 1. [online] URL: <http://www.ct.ceci-br.org> .
- Ashley-Smith J. 1995, Definitions of damage. In: <http://palimpsest.stanford.edu/byauth/ashley-smith/damage.html> (acessado em 10 de abril de 2008 às 19:57h).
- Australia ICOMOS. The Burra Charter, 1999. Disponível em: <http://www.icomos.org/australia/burra.html>>. Acesso em 05 nov 2007 (Tradução para português de ARAÚJO, António de Borja. Disponível em: <http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/03/carta-de-burra.pdf>> Acesso em 04 dez. 2008).
- Brandi C. 2005, Teoria da Restauração. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Boito C. 2002, Os Restauradores: Conferência feita na Exposição de Turin em 7 de junho de 1884. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Caple C. 2000, Conservation skills: Judgement, method and decision making. London: Routledge.
- Carbonara G. 1997 Avvicinamento al Restauro. Napoli: Liguori.
- Clavir M. 2002, Preserving what is valued: museums, conservation and First Nations. Vancouver: UBC Press.
- de Jonge 2004. Innovation in restoration: From New Building to Sustainable Building. In: www.wesseldejonge.nl/media/downloads/innovation%20in%20restoration%20ENG.pdf, acessado em em 8 de fevereiro de 2009, às 11:50h.
- _____. 2003. 'Zonnestraal': Restoration of a transitory architecture: Concept, planning and realisation in the context of its authenticity. In: www.wesseldejonge.nl/media/downloads/Zonnestraal_project%20ENG.pdf, acessado em 8 de fevereiro de 2009, às 11:48h.
- English Heritage 1997, Sustaining the Historic Environment: New Perspectives on the Future. An English Heritage Discussion Document, London: E Heritage.
- Flyvbjerg B. 2004, Phronetic Planning Research: Theoretical and Methodological Reflections. *Planning Theory & Practice*, Vol. 5, N. 3, pp. 283 – 306. (disponível em: <http://flyvbjerg.plan.aau.dk/PhronPlan7.1PUBL.pdf>, acessado em 7 de Janeiro de 2009 às 14:39h)
- Frondisi R. 1971, What Is Value?. An Introduction to Axiology. La Salle-Open Court.
- Macdonald, Susan. 2003. 20th Century heritage: recognition, protection and practical challenges. ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger. (<http://www.international.icomos.org/risk/2002/20th2002.htm#>), acessado em 17 de junho de 2008 às 14:34h.
- Mason R. 2002, Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. In: De la Torre M., Assessing the values of cultural heritage. Los Angeles: Getty Conservation Institute.

CECI

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA

Muños Viñas S. 2005, *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.

Riegl A. 2006, *O culto moderno do patrimônio: sua essência e sua gênese*. Goiânia: ABEU - Assoc. Brasileira de Editoras Universitárias.

Zancheti S. M., Hidaka L., Cecília Ribeiro, Aguiar B. 2008, *A Construção da Significância Cultural nos Processos de Conservação Urbana*. Texto não Publicado.

Zevi B. 2002, *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes.

Websites

Villa Muller

<http://www.mullerovavila.cz/default-av.html>

Sanatorio Zonnestrall

<http://www.erzed.nl/enzonnestraal.html>

Lever House

http://en.wikipedia.org/wiki/Lever_House

Pavilhão Barcelona

<http://www.miesbcn.com/en/inside.html>